

O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO NAS PERSPECTIVAS HISTÓRICA E SÓCIOANTROPOLÓGICA

Maria Neide Targino ¹

Jéssica Dayane do Nascimento ²

Raquel Lemos de Oliveira ³

RESUMO

A educação não pode ser compreendida à margem da história, mas apenas no contexto em que os sujeitos constroem, por meio de suas relações, a própria existência. Assim, este estudo analisa o processo educacional brasileiro a partir de uma perspectiva histórico-socioantropológica, evidenciando a educação como prática social atravessada por disputas ideológicas, interesses políticos e transformações econômicas. Desde o período colonial, com a atuação dos jesuítas, até o contexto contemporâneo, marcado por políticas neoliberais, o artigo traça um panorama das principais reformas educacionais, seus impactos e contradições. A análise destaca o papel das ideologias educacionais — como o escolanovismo, o tecnicismo e o liberalismo — na definição dos rumos da escola pública brasileira. Referenciais como Durkheim, Marx, Althusser, Gramsci e autores da educação crítica como Paulo Freire são mobilizados para compreender as tensões entre escola, poder e sociedade. A pesquisa aponta que, apesar dos avanços em termos de democratização do acesso e políticas de inclusão, a educação brasileira ainda enfrenta desafios estruturais como desigualdades de raça, classe, gênero, além da precarização da infraestrutura e da formação docente. Políticas afirmativas, ações voltadas à equidade e a valorização da diversidade são apontadas como caminhos para superar as limitações impostas por uma tradição educacional excludente. Conclui-se que a compreensão crítica da história da educação brasileira é essencial para construir práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social e com a construção de uma escola democrática, plural e socialmente justa.

Palavras-chave: História da educação, Políticas educacionais, Transformação social.

INTRODUÇÃO

A trajetória do processo educacional brasileiro é marcada por profundas transformações influenciadas por contextos históricos e socioculturais. A educação, por sua natureza, não é um processo neutro, mas se acha comprometida com a economia e a política de seu tempo, sendo a prática social o ponto de partida e o ponto de chegada da ação pedagógica. Nesse sentido, é impossível separá-la da questão do poder, pois ela sofre os efeitos da ideologia e está, de fato, envolvida na política.

¹ Pós Graduada do Curso de Educação Contemporânea com ênfase em Coordenação Pedagógica pela UNIFACS, maria.neide@enova.educacao.ba.gov.br;

² Pós Graduada do Curso de Especialização em Currículo e Prática Docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Universidade Federal do Piauí - UFPI, jessican31@gmail.com;

³ Pós Graduada do Curso de Linguística Aplicada e Ensino de Línguas da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, lemos.raquel@ufms.br



Este percurso reflete os esforços contínuos para democratizar o acesso à educação, melhorar sua qualidade e atender às necessidades de uma sociedade diversa e desigual. É determinante estudar o processo educacional sempre no contexto histórico geral, para se observar a relação entre as suas crises e as do sistema social.

Este artigo pretende analisar a trajetória do processo educacional brasileiro desde a colônia até os dias atuais, traçando um panorama das suas transformações e contradições. O objetivo é examinar o processo educacional brasileiro a partir de uma perspectiva histórico-socioantropológica, destacando como as disputas ideológicas, os interesses políticos e as transformações econômicas moldaram a escola pública e definiram seus rumos.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de uma compreensão crítica da história. Somente ao analisar a evolução das políticas e práticas educacionais – desde a colonização jesuítica até as tendências neoliberais contemporâneas – é possível identificar os mecanismos de exclusão e as barreiras que ainda persistem no sistema de ensino. A análise proposta busca, assim, subsidiar a reflexão sobre práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social e a construção de uma escola democrática e socialmente justa.

METODOLOGIA

O presente estudo se desenvolve como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-reflexivo e documental. A investigação foi realizada em duas etapas principais: a primeira etapa consistiu em uma Pesquisa Bibliográfica focada em autores fundamentais da área de avaliação e gestão democrática e a segunda etapa envolveu a Pesquisa Documental, na qual foram analisados documentos normativos da Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) e a LDB nº 9.394/96 como dado primário para sustentar a análise da ressignificação do Conselho de Classe.

PERÍODO COLONIAL E IMPERIAL

A educação no Brasil começou a se estruturar com a chegada dos jesuítas em 1549, que fundaram escolas para catequizar os indígenas. Este período foi caracterizado pela centralização da educação nas mãos da Igreja Católica. Os primeiros jesuítas, uma ordem fundada por Inácio de Loyola, chegaram ao território brasileiro em 1549 juntamente com



o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, com o padre Manoel de Nóbrega à frente. Os jesuítas se dedicaram à propagação da fé católica e ao trabalho educativo, dispondo-se a ensinar aos índios a ler e escrever.

Nas escolas jesuítas funcionavam alguns princípios que se mantiveram por mais de duzentos anos: unificação do método de ensino por todos os professores, ênfase na concentração e na atenção silenciosa dos alunos e um processo de ensino ligado à repetição e memorização dos conteúdos apresentados.

Estes princípios se sobressaem na Ratio Studiorum (Ordem dos Estudos), síntese da experiência pedagógica dos jesuítas. A expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal deixou um vazio educacional, que só começou a ser preenchido com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 e a criação das primeiras instituições de ensino superior. Com a independência em 1822, o Brasil deu os primeiros passos para a construção de um sistema educacional nacional.

O período imperial inicia-se no ano de 1824, quando D. Pedro I proclama a independência e outorga a primeira Constituição do Brasil. A Constituição de 1824 estabeleceu que a educação primária seria gratuita para todos os cidadãos no país, e estabeleceu a responsabilidade do Estado em promover a educação, mas a implementação foi limitada. Para melhorar o sistema educacional, no ano de 1823, é criado no país o chamado Método Lancaster (Método do Ensino Mútuo), no qual um aluno já treinado ensinava a grupos de até dez alunos, sob a vigilância de um professor-inspetor. Este modelo é conhecido na atualidade como o sistema de monitoria.

A educação brasileira no Império se insere no quadro mais amplo da História da Educação Pública como educação nacional. Nesse vasto período, desenvolve-se “um processo de secularização do ensino, assumindo o Estado a responsabilidade de cuidar da Instrução Pública” (CARVALHO, 1972, p. 2).

Pode-se afirmar que a educação imperial tinha caráter: classista, por ser destinada às elites; racista, por não ser destinada aos negros, mesmo aos livres; de gênero, ao ser direcionada à formação dos homens; dual, ao reforçar a hegemonia do bloco no poder que detinha o controle do aparelho estatal. O descaso com a educação para o povo prende-se ao fato de que o Imperador era politicamente impotente face às investidas externas do imperialismo inglês e das investidas internas das elites rurais escravocratas e reacionárias.



A REPÚBLICA VELHA E A ERA VARGAS

Com a Proclamação da República, o Brasil adotou o federalismo. Essas transformações tiveram ecos na Educação. A ideia do ensino como direito público se fortaleceu e surgiram modelos que se perpetuaram. Diante da fragmentação organizativa, surgiram diversas propostas de reforma. Os embates principais foram entre o positivismo e o escolanovismo. As ideias positivistas ganharam força com a reforma de 1890, organizada por Benjamin Constant, que priorizou disciplinas científicas como Matemática e Física, em detrimentos das humanas.

A ideia de uma Educação para todos só ganhou força na década de 1920, com os pioneiros da Escola Nova — Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros — que defendiam a escola pública e laica, igualitária e sem privilégios. O discurso pedagógico liberal se expressou na escola nova, movimento de renovação escolar que chegou ao Brasil na década de 1920, fruto das mudanças inerentes ao processo de desenvolvimento capitalista.

Quanto aos métodos de ensino, a pedagogia tradicional predominou até o fim do século XIX, enfatizando a atuação do professor, que seria o dono do saber e do conhecimento. A pedagogia nova toma corpo a partir das primeiras décadas do século XX, mudando o foco e centralizando o processo de aprendizado no aluno. Fortalecido pela crise de 1929, o movimento revolucionário conseguiu derrubar a República Velha e, em 1930, Getúlio Vargas se tornou chefe do governo provisório. A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública em 1930 ; a Constituição de 1934 (estabelecendo a necessidade de um Plano Nacional de Educação, como também a gratuidade e obrigatoriedade do ensino elementar) e as Reformas Educacionais demonstram que, nessas décadas, houve mudanças formais e substanciais na educação escolar do país.

A década de 1930 é reconhecida como o marco referencial da modernidade na história do Brasil , trazendo a expansão de novas camadas sociais e abrindo possibilidades de mobilidade social. Nesse contexto, a educação escolar foi considerada um instrumento fundamental de inserção social. As propostas sobre educação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foram defendidas por educadores que ocuparam cargos na administração pública. O texto, redigido por Fernando de Azevedo , considera a Educação como uma função essencialmente pública e pede a unificação do sistema nacional de ensino e a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da instrução no Brasil.



DITADURA MILITAR E O TECNISCISMO

As propostas de uma Educação mais democrática foram abandonadas com o início do regime militar, em 1964. Paulo Freire foi exilado no Chile e a Escola Nova deixou de ser considerada para as políticas públicas. O novo governo manteve a preocupação com a industrialização crescente e o foco em formar um povo capaz de executar tarefas, mas não necessariamente de pensar sobre elas. A educação desempenhava importante papel na preparação adequada de recursos humanos, de acordo com a concepção economicista de educação (VEIGA, 1989, p. 34). A educação tecnicista se encontrava encaixada nos ideais de racionalismo, objetivando organização e eficiência.

As reformas tecnicistas buscavam aplicar, na área educacional, um sistema empresarial característico do capitalismo, com finalidade de atender às exigências de uma sociedade industrializada e tecnológica (PELLANDA, 1986). O intuito da neutralidade científica foi inspirado nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade. A educação no Brasil foi voltada à formação de mão-de-obra especializada em curto prazo de tempo, com destino ao mercado em expansão (GHIRALDELLI, 2000). Assim, o aluno tornava-se o principal alvo do governo para suprir às necessidades relativas às perspectivas da economia.

Segundo Marx, a educação foi pensada sob o ponto de vista econômico. Louis Althusser percebeu que a Escola é o principal aparelho ideológico do Estado, pois inculca a ideologia que por sua vez representa os interesses da classe dominante. Antonio Gramsci, por sua vez, analisou a escola a partir do entendimento de que a educação é o meio onde o capitalista pode impor sua hegemonia, mas é também o meio que o trabalhador encontra para entender sua situação de exploração e agir. Para ele, a escola tem que ser crítica e política e que, por isso, promova mudança na estrutura societal. O período democrático pós-1946 e a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - BRASIL, 1961) foram marcos importantes. No entanto, a Ditadura Militar (1964-1985) centralizou a educação e a utilizou como ferramenta de controle ideológico.

REDEMOCRATIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE

No plano da educação, por volta de 1980, já era amplamente reconhecido o fracasso da implantação da reforma da LDB, e a Lei nº 7.044/82 dispensa as escolas da



obrigatoriedade da profissionalização, sendo retomada a ênfase para a formação geral. Nesse mesmo período, começa na Inglaterra e demais países, a instauração da política neoliberal, impondo novas reformas educativas que implicam em mercantilizar o processo educativo (LIBÂNEO, 2012). É a educação que desempenha papel estratégico no projeto neoliberal. Os discursos enfatizam a importância de uma escola de qualidade, pois é indispensável que a educação atenda aos objetivos empresariais.

Jesus e Torres (2009) apontam que os anos 1990 são marcados pela consolidação da ideologia neoliberal no sistema educacional brasileiro. "Nesta perspectiva, a educação passa a ser compreendida pelos mesmos critérios do capital" (JESUS; TORRES, 2009, p. 136). A educação é vista como um meio pelo qual a classe dominante impõe sua ideologia e interesses sobre o resto da sociedade.

Sob uma perspectiva sócioantropológica, a educação brasileira sempre esteve intrinsecamente ligada às questões de desigualdade social. Historicamente, o acesso à educação de qualidade foi restrito às elites, perpetuando um ciclo de exclusão social. Políticas educacionais buscaram promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Programas como o Bolsa Família e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) têm sido fundamentais para aumentar a inclusão educacional. No entanto, a qualidade da educação ainda enfrenta desafios significativos: infraestrutura inadequada, falta de formação contínua para professores e currículos desatualizados são problemas que afetam a aprendizagem e a equidade no sistema educacional.

O ensino técnico e profissionalizante ganhou destaque como uma estratégia para alinhar a formação educacional com as demandas do mercado. Questões de gênero, raça e inclusão de pessoas com deficiência também têm sido temas centrais no debate educacional. Políticas de ação afirmativa e inclusão foram implementadas para promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação. A valorização da diversidade cultural e a inclusão de temas relacionados aos direitos humanos no currículo escolar são passos importantes. A educação não pode fazer sozinha a transformação social, pois ela não se consolida e efetiva-se sem a participação da própria sociedade (GADOTTI, 1995).

A educação não pode ser compreendida à margem da história, mas apenas no contexto em que os homens estabelecem entre si as relações de produção da sua própria existência. Sendo assim, é impossível separar a educação da questão do poder: a educação não é um processo neutro, mas se acha comprometida com a economia e a política de seu tempo, pois a prática social é o ponto de partida e o ponto de chegada da ação pedagógica. É importante estudar o processo educacional sempre no contexto histórico geral, para se



observar a relação entre as suas crises e as do sistema social. Nesse sentido, a educação não é um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos da ideologia, por estar de fato envolvida na política.

Em seu livro *Educação e Sociedade*, Durkheim já advertia sobre a amplitude da educação, desde o seu mais simples objetivo às teorias educacionais mais complexas. Mesmo considerando grave erro intitular tal modelo educacional, a educação ideal. Para Durkheim, se se começa por indagar qual deva ser a educação ideal, abstração feita das indagações de tempo e lugar é porque se admite, implicitamente, que os sistemas educacionais nada têm de real em si mesmos. É determinante considerar que cada sociedade em seu respectivo contexto histórico, onde se desenvolveu, possui um modelo educacional que foi considerado ideal para aquela época.

Durkheim defende que, para encontrar um tipo de educação absolutamente homogêneo e igualitário, seria preciso remontar até as sociedades pré-históricas, no seio das quais não existisse nenhuma diferenciação. Não há povo em que não exista certo número de ideias, sentimentos e práticas que a educação deve inculcar a todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do processo educacional brasileiro, analisada sob as perspectivas histórica e sócioantropológica, revela-se um reflexo direto e complexo das mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Desde a fase colonial, com o caráter classista, racista, de gênero e dual do Império, até a subordinação do ensino aos interesses de produtividade e eficiência do tecnicismo e do neoliberalismo, a educação sempre esteve envolvida na política e comprometida com a economia de seu tempo.

A perspectiva histórica demonstra um caminho de constantes disputas ideológicas, como o embate entre o positivismo e o escolanovismo, e o abandono de propostas democráticas em favor de um modelo desenvolvimentista e tecnicista. Apesar dos avanços formais, como a criação do Ministério da Educação e a gratuidade do ensino elementar, o sistema educacional consolidou-se em um dualismo, perpetuando a exclusão social.

A abordagem sócioantropológica, por sua vez, destaca a luta contínua pela inclusão e pelo reconhecimento da diversidade, evidenciando que o acesso à educação de qualidade historicamente foi restrito às elites. O processo atual enfrenta desafios



estruturais significativos, incluindo infraestrutura inadequada, falta de formação contínua para professores e a necessidade de políticas afirmativas e de valorização da diversidade para combater as desigualdades de gênero, raça e inclusão de pessoas com deficiência. Reconhece-se que a educação não pode operar a transformação social isoladamente e, assim, o futuro da educação no Brasil exige a superação das limitações impostas por essa tradição excludente e a continuidade dos esforços pela equidade e qualidade.

É determinante que qualquer reforma educacional futura enfatize o conhecimento do todo (história, sociedade, indivíduo) na busca por formar cidadãos plenos, ativos e, acima de tudo, conscientes de sua responsabilidade como agentes de transformação numa sociedade desigual. Somente por meio de uma compreensão crítica da relação entre escola, poder e prática social será possível construir um sistema de ensino verdadeiramente democrático, plural e socialmente justo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia. História da Educação. 2. Ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CARVALHO, Laerte Ramos de. Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo, 1972. (Mimeog.).

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez, 1995.

GHIRALDELLI, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortes, 2000.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. Educação e Movimentos Sociais: tensões e aprendizagens. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso na escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

PELLANDA, Nize Campos. Ideologia e educação & Repressão no Brasil Pós 64. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

SILVA, Joelma O. da; RISTUM, Marilena. A violência escolar no contexto de privação de liberdade. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 30, n. 2, 2010.



VEIGA, Ilma Passos (coord.). Repensando a Didática. Campinas: Papirus, 1989.

